

25/06/2002

SEGUNDA TURMA

**AG.REG.NO MANDADO DE SEGURANÇA 24.274-4 PERNAMBUCO**

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
AGRAVANTE : EDSON JOSÉ DE ANDRADE COUTINHO  
ADVOGADOS : MARIA DE JESUS MIRANDA COUTINHO E OUTROS  
AGRAVADO : CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

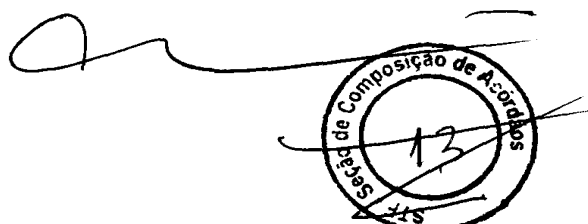
E M E N T A: **MANDADO DE SEGURANÇA** - CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - **AUSÊNCIA** DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO - DECISÃO DO RELATOR **QUE NÃO CONHECE** DA AÇÃO MANDAMENTAL - **INTEMPESTIVIDADE** DA IMPUGNAÇÃO RECURSAL - **RECURSO DE AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

- O Supremo Tribunal Federal **não dispõe** de competência originária para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra **qualquer** outro Tribunal judiciário do País, **inclusive** contra atos ou omissões imputados a órgãos integrantes da administração superior de tais Cortes judiciárias. **Precedentes.**

- A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - que já proclamou a plena recepção do art. 21, VI, da LOMAN, pela Constituição de 1988 (RTJ 133/633) - **tem enfatizado assistir, aos próprios Tribunais, competência, para, em sede originária,** processar e julgar os mandados de segurança **impetrados** contra seus atos ou omissões **ou, ainda, contra aqueles emanados de seus respectivos Presidentes.**

- Os prazos recursais são peremptórios e preclusivos (RT 473/200 - RT 504/217 - RT 611/155 - RT 698/209 - RF 251/244). Com o decurso, "in albis", do prazo legal, **extingue-se, de pleno direito, quanto à parte sucumbente, a faculdade processual** de interpor, em tempo **legalmente** oportuno, o recurso pertinente.

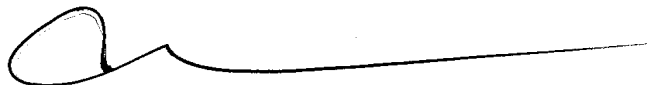
- A **tempestividade** - que se qualifica como pressuposto objetivo **inerente** a qualquer modalidade recursal - **constitui** matéria de ordem pública, **passível, por isso mesmo, de conhecimento "ex officio"** pelos juízes e Tribunais. A **inobservância** desse requisito de ordem temporal, pela parte recorrente, **provoca, como necessário efeito de caráter processual, a incognoscibilidade** do recurso interposto. **Precedentes.**




A C Ó R D ã O

**Vistos, relatados e discutidos** estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Segunda Turma**, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em não conhecer** do recurso de agravo. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Nelson Jobim.

Brasília, 25 de junho de 2002.



CELSO DE MELLO - PRESIDENTE E RELATOR



25/06/2002

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO MANDADO DE SEGURANÇA 24.274-4 PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
AGRAVANTE : EDSON JOSÉ DE ANDRADE COUTINHO  
ADVOGADOS : MARIA DE JESUS MIRANDA COUTINHO E OUTROS  
AGRAVADO : CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Trata-se de recurso de agravo que objetiva a reforma de decisão, que, fundada na falta de competência originária do Supremo Tribunal Federal, não conheceu da ação de mandado de segurança, nos termos em que promovida pela parte ora recorrente.

A decisão, por mim proferida, objeto do presente recurso de agravo, tem o seguinte conteúdo material (fls. 51/56):

*"Trata-se de mandado de segurança, com pedido de medida liminar, impetrado contra ato do eminente Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na condição de 'Presidente do Egrégio Conselho da Magistratura do Estado de Pernambuco' (fls. 2).*

*Impõe-se reconhecer, desde logo, a evidente falta de competência do Supremo Tribunal Federal, para, em sede originária, processar e julgar este mandado de segurança.*



Na realidade, **não há** como dar trânsito, **nesta Corte**, à **presente** ação mandamental, **eis que** a causa em questão **não se subsume** a qualquer das hipóteses **taxativamente** enunciadas no rol inscrito no art. 102, I, da Carta Política.

**Não se pode** perder de perspectiva, **neste ponto**, que a **competência originária** do Supremo Tribunal Federal, por qualificar-se como um complexo de atribuições jurisdicionais de extração **essencialmente** constitucional - e ante o regime de direito estrito a que se acha submetida - **não comporta** a possibilidade de ser estendida a situações que **extravasem** os rígidos limites fixados em **numerus clausus** pelo rol exaustivo inscrito no art. 102, I, da Carta Política, **consoante adverte a doutrina** (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, 'Comentários à Constituição Brasileira de 1988', vol. 2/217, 1992, Saraiva) e **proclama a jurisprudência** desta própria Corte (RTJ 43/129 - RTJ 44/563 - RTJ 50/72 - RTJ 53/776 - RTJ 159/28).

A **ratio** subjacente a esse entendimento, que acentua o caráter absolutamente estrito da competência constitucional do **STF**, vincula-se à necessidade de **inibir** indevidas ampliações descaracterizadoras da esfera de atribuições institucionais desta Suprema Corte, conforme ressaltou, **a propósito do tema em questão**, em voto vencedor, o saudoso Ministro ADALÍCIO NOGUEIRA (RTJ 39/56-59, 57).

**É certo** que o Supremo Tribunal Federal, **não obstante as considerações precedentes** - e sempre enfatizando os propósitos teleológicos do legislador constituinte - tem procedido, **algumas vezes**, em casos excepcionais, a **construções jurisprudenciais** que lhe permitem extrair, das normas constitucionais, por força de compreensão ou por efeito de interpretação lógico-extensiva, o sentido exegético que lhes é inerente (RTJ 80/327 - RTJ 130/1015 - RTJ 145/509, v.g.).

**Não é esse, porém, o caso dos autos.**

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, **tendo em vista** a regra inscrita no art. 102, I, d, da Constituição, **não dispõe** de competência originária para processar e julgar mandados de segurança impetrados **contra** atos emanados de **qualquer** Tribunal judiciário (RTJ 132/706, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO - RTJ 157/541, Rel. Min. CELSO DE MELLO - MS 21.309-DF (Agrg), Rel. Min. PAULO BROSSARD - MS 22.797-SP, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, v.g.), **inclusive** contra atos ou omissões imputáveis a Tribunais de Justiça e aos respectivos



Presidentes e órgãos judiciários (Câmaras, Turmas, Seções ou Conselhos) que lhes compõem a estrutura institucional (**Súmula 330/STF - MS 21.658-MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **MS 23.771-SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO):

**'MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA PRESIDENTE DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APLICABILIDADE DO ART. 21, VI, DA LOMAN. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988. MANDADO DE SEGURANÇA NÃO CONHECIDO.**

- O Supremo Tribunal Federal **não dispõe** de competência originária para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra **qualquer** outro Tribunal judiciário do País, **inclusive** contra atos ou omissões imputados a **Presidente** de Tribunal de Justiça. **Precedentes.**

- A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal - que **já** proclamou a plena **recepção** do art. 21, VI, da LOMAN, pela Constituição de 1988 (**RTJ 133/633**) - tem enfatizado **assistir** aos **próprios** Tribunais competência, para, **em sede originária**, processarem e julgarem os mandados de segurança impetrados contra seus atos ou omissões ou, ainda, contra aqueles emanados de **seus respectivos Presidentes.**

(**MS 24.039-SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

**Nem se alegue**, de outro lado, para justificar a competência originária do Supremo Tribunal Federal, que se revelaria aplicável, ao caso, a norma inscrita no art. 102, I, 'n', da Constituição da República.

**É preciso** ter presente, neste ponto, que as hipóteses previstas na norma constitucional mencionada **supõem a natureza jurisdicional** do ato impugnado, o que **basta**, só por si, para afastar a incidência, na espécie, da regra de competência em causa, eis que a deliberação ora questionada qualifica-se **como decisão meramente administrativa**, tal como o reconhece, **expressamente**, a parte ora impetrante (fls. 3, item n. 1).

**Cabe registrar**, por necessário, que esse entendimento nada mais reflete **senão** a própria orientação jurisprudencial **firmada**, pelo Supremo Tribunal Federal, na matéria em exame:

**'COMPETÊNCIA. Mandado de Segurança** impetrado originariamente perante o Supremo Tribunal Federal



(art. 102, I, n, da CF). **Pena de aposentadoria** com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço **aplicada** a magistrado, por Tribunal de Justiça estadual, com base no art. 93, VIII, da CF e do art. 42, V, da LC nº 35/79 (LOMAN), **em procedimento administrativo disciplinar**. Inexistência de impedimento ou interesse declarado pelos membros do Tribunal estadual que aplicou a **pena disciplinar**. Remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso que é o competente para julgar, originariamente, os mandados de segurança contra os seus atos e os de seu Presidente (art. 21, VI, da mesma Lei Orgânica).'

(RTJ 133/633, Rel. Min. PAULO BROSSARD - grifei)

'A manifestação administrativa do Tribunal não vincula a atuação jurisdicional do magistrado que o integra, de forma a configurar antecipação da decisão a ser ainda proferida. **Dados conjecturais**, ou juízos **de mera probabilidade**, ou **suposições**, ainda que fundadas, de infringência à obrigação ético-jurídica de isenção pessoal e funcional **não constituem**, por si sós, **desde que desacompanhados do formal reconhecimento do estado de impedimento ou de suspeição**, situações providas de idoneidade jurídico-processual suficiente para legitimar o exercício, pelo Supremo Tribunal Federal, dessa sua especial competência originária.'

(RTJ 137/675, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

'A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal **firmou-se** no sentido de reconhecer a **inaplicabilidade** da regra especial de competência inscrita no art. 102, I, n, da Constituição, **sempre** que a alegação de interesse direto ou indireto de mais da metade dos membros do Tribunal de origem referir-se a procedimentos **desvestidos** de caráter jurisdicional, **de índole administrativa**, que se destinem à escolha dos órgãos de direção das Cortes judiciárias. **Pertence**, ao próprio Tribunal impetrado, **em tal situação**, a competência originária para processar e julgar a causa mandamental, **eis que** a norma consubstanciada no art. 21, VI, da LOMAN foi integralmente **recebida** pelo **novo** ordenamento constitucional. **Precedentes:**



**AOr 179-PA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO; **AOr 176-MS**,  
Rel. Min. CARLOS VELLOSO.'  
(**RTJ 166/31**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

**É por essa razão** que o Supremo Tribunal Federal, na interpretação criteriosa da regra de competência consubstanciada no art. 102, I, 'n', da Carta Política tem acentuado ser ela **inaplicável** a situações jurídicas, que, **como a ora exposta pelo impetrante**, resultam de procedimentos, deliberações ou atos revestidos de **caráter meramente administrativo**.

**Na realidade**, a incidência da norma constitucional em referência **supõe** a existência, atual e concreta, de uma **causa** no Tribunal de origem, **vale dizer**, de um procedimento **de natureza jurisdicional** instaurado perante o Tribunal impetrado:

'... a **Constituição atual** - assim como a anterior - **não atribui** ao Supremo Tribunal Federal competência para o processo e julgamento de mandado de segurança **contra ato administrativo** de qualquer Tribunal, **e mesmo** na hipótese do art. 102, I, 'n', da CF de 1988, **pressupõe que o processo jurisdicional** tenha origem **noutro** Tribunal, hipótese que aqui não ocorre.'  
(**RTJ 129/596, 610**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES - grifei)

**Essa diretriz** - cumpre enfatizar - **tem prevalecido**, de modo invariável, no magistério jurisprudencial desta Suprema Corte:

'A **mera participação** dos magistrados do Tribunal, na adoção de resoluções de caráter simplesmente administrativo, **não se revela** apta a induzir, **só por si**, a competência originária do Supremo Tribunal Federal, **eis que** a incidência da norma inscrita no art. 102, I, **n**, da Constituição da República **supõe** a existência, no Tribunal de origem, de uma **causa**, vale dizer, de um procedimento revestido de **natureza jurisdicional**.  
**Precedentes.**'  
(**MS 23.887-DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

**Sendo assim**, tendo em consideração as razões expostas (**ausência** evidente de competência originária do Supremo Tribunal Federal), e **com fundamento** nos



poderes processuais **outorgados** ao Relator da causa (RTJ 139/53 - RTJ 168/174), **não conheço** da presente ação de mandado de segurança, restando **prejudicada**, em consequência, **a apreciação** do pedido de medida liminar.

**Deixo de ordenar** o encaminhamento **deste** processo mandamental ao órgão judiciário competente, **por não caber**, ao Relator da causa, **considerados** os limites fixados no art. 21, § 1º, do RISTF, **a indicação** do magistrado ou do Tribunal, a quem possa incumbir, em sede de mandado de segurança, o exercício da respectiva competência jurisdicional.

**Cabe registrar**, por necessário, **que esse entendimento encontra apoio** em orientação jurisprudencial firmada pelo Supremo Tribunal Federal, cujas decisões, **no tema**, têm proclamado a **inaplicabilidade**, no âmbito desta Corte, do art. 113, § 2º, do CPC (AO 175-RN (AgRg) (EDcl), Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI - Inq 1.793-DF (AgRg), Rel. Min. ELLEN GRACIE, Pleno - MS 23.621-RS (AgRg), Rel. Min. MOREIRA ALVES, Pleno - Pet 2.160-SP, Rel. Min. MOREIRA ALVES, DJU 19/03/2001 - Pet 2.653-AP, Rel. Min. CELSO DE MELLO):

'(...) **quanto ao envio** dos autos ao Tribunal, **que ao Relator parecer competente**, por força do disposto no art. 113, § 2º, do Código de Processo Civil, **não é de ser determinado**, por **inaplicável** tal norma no S.T.F., **pois**, nos termos do § 1º do art. 21 de seu Regimento Interno, **deve o Relator**, em caso de incompetência da Corte, **limitar-se** a negar seguimento ao pedido, como se fez no caso.

**Vários julgados** do S.T.F. explicam a razão por que tal providência (**remessa dos autos**, pelo Relator, **ao Juízo ou Tribunal**, que lhe parecer competente) **não será**, necessariamente, tomada: **é que**, se o fizer, **acabará resolvendo**, em caráter definitivo, **irreversível**, **questão** sobre a competência de um Juízo ou Tribunal, **sem que aquele ou este** tenha tido oportunidade de admiti-la ou rejeitá-la e **sem ensejar às partes interessadas** a discussão do tema nas instâncias próprias e nas subseqüentes, **inclusive** na extraordinária.

**Com esse entendimento**, ademais, **procura a Corte evitar** que, mediante ações ou petições, a ela originariamente apresentadas, **seja convertida** em orientadora da parte sobre qual seja o Juízo ou





Tribunal competente, quando tenha dúvida a respeito...'.  
.....

(MS 22.313-BA (AgRg) (EDcl), Rel. Min. SYDNEY SANCHES, Pleno - grifei)

**Ministro CELSO DE MELLO**  
**Relator"**

Tendo em vista a existência, no caso, de questão preliminar concernente à intempestividade do presente recurso de agravo, submeto, à apreciação desta Colenda Turma, a matéria em causa.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator):  
Preliminarmente, **não conheço** do presente recurso de agravo, **em face de sua evidente extemporaneidade**.

A decisão ora impugnada **foi publicada**, regularmente, **em 23/05/2002**, quinta-feira (**certidão** a fls. 57).

O **presente** recurso de agravo, no entanto, **somente** veio a ser interposto **em 07/06/2002**, sexta-feira, **consoante evidencia a autenticação mecânica** registrada **na própria** petição recursal (fls. 60).

**Isso significa**, portanto, **que o recurso em questão** veio a ser deduzido em momento **no qual já se consumara o trânsito em julgado** da decisão impugnada, **ocorrido em 28/05/2002**, terça-feira (**certidão** a fls. 58).

**Nem se diga**, finalmente, que o recurso em causa **teria** sido encaminhado, a **esta** Corte, mediante "e-mail", **consoante enfatizado**, pela parte ora agravante, **no item n. 4** de sua petição recursal (fls. 61).



É que - além de esse meio de veiculação de atos processuais **ainda não se achar previsto** no ordenamento positivo nacional (**embora** a sua instituição, pelo legislador processual, se mostre desejável) -, **inexiste**, nos autos, **qualquer registro** de que a parte ora recorrente tenha assim procedido na presente causa.

O que se mostra relevante, no entanto, na espécie em exame, é a **extemporaneidade do presente** recurso de agravo. **Não se pode** perder de perspectiva o **fato** de que os prazos recursais **são peremptórios e preclusivos** (RT 473/200 - RT 504/217 - RT 611/155 - RT 698/209 - RF 251/244), **razão pela qual**, com o mero transcurso do lapso temporal - **sem** que, **nele**, haja sido interposto o recurso pertinente -, **extingue-se**, "pleno jure", **como sucedeu** na espécie, o **direito** do interessado de recorrer:

"- Os prazos recursais são peremptórios e preclusivos (RT 473/200 - RT 504/217 - RT 611/155 - RT 698/209 - RF 251/244). Com o decurso, 'in albis', do prazo legal, **extingue-se**, de pleno direito, **quanto** à parte sucumbente, **a faculdade processual** de interpor, em tempo **legalmente** oportuno, o recurso pertinente.

- **A tempestividade** - que se qualifica como pressuposto objetivo **inerente** a qualquer modalidade recursal - **constitui** matéria de ordem pública, **passível**, por isso mesmo, de conhecimento 'ex officio' pelos juízes e Tribunais. **A inobservância** desse requisito de ordem temporal, pela parte recorrente, **provoca**, como necessário efeito de caráter processual, **a incognoscibilidade** do recurso interposto."

(AI 503.651-Agr/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO)



Torna-se lícito concluir, desse modo, que se extinguiu, "pleno jure", no caso ora em exame, o direito da parte de interpor e de ver processado o presente recurso de agravo.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, não conheço do presente recurso de agravo, por intempestivo.

É o meu voto.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'A' followed by a long horizontal stroke that ends in a small hook.

/fr.  
/csm.

*Supremo Tribunal Federal*

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA N. 24.274-4

PROCED. : PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

AGTE. : EDSON JOSÉ DE ANDRADE COUTINHO

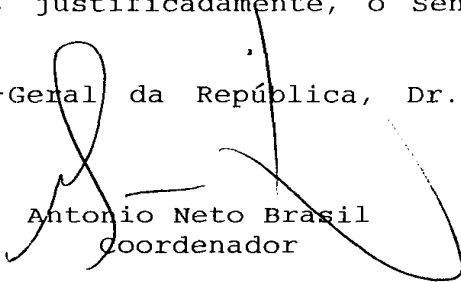
ADVDOS. : MARIA DE JESUS MIRANDA COUTINHO E OUTROS

AGDO. : CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Decisão: A Turma, por votação unânime, não conheceu do recurso de agravo. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Nelson Jobim. 2ª Turma, 25.06.2002.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Carlos Velloso, Maurício Corrêa e Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega.



Antonio Neto Brasil  
Coordenador